

Componente Curricular Arte: as linguagens artísticas e o ensino não-presencial em tempos de Pandemia

Art as Curricular Component: artistic languages and remote teaching in pandemic times

André Luiz de Sousa
Arnaldo Leite de Alvarenga

Resumo: Este ensaio se propõe a refletir sobre a presença das linguagens artísticas artes visuais, dança, música e teatro do Componente Curricular Arte no contexto do Regime Especial de Atividades Não-Presenciais (REANP) da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG), implementado devido à Pandemia do COVID-19. Analisado sob a perspectiva da atuação artístico-docente, pretende-se dimensionar a presença e as abordagens das linguagens artísticas em 2020 no desenvolvimento de habilidades do componente curricular por meio da análise do documento Planos de Estudos Tutorado (PET) do REANP SEE-MG. Lançando mão de metodologias quali-quantitativas vale-se da Análise de Conteúdo Temático Categorial (BANDIN, 2011) para examinar de quais maneiras as linguagens artísticas têm tido condições de figurar no ensino de Arte para além da primazia histórica das artes visuais.

Palavras-chave: Arte; Ensino Remoto; Linguagens Artísticas; Ensino-aprendizagem.

Abstract: This essay aims to reflect on the presence of artistic languages: visual arts, dance, music and theater in Art as a Curriculum Component in the context of REANP (Special Regime of Remote Activities) in Minas Gerais State Department of Education (SEE-MG) implemented due to the COVID-19 pandemic. From the perspective of artistic-teaching performance, it is intended to scale the presence and approaches of artistic languages in 2020 in the development of skills in the curricular component through the analysis of SEE-MG REANP document PET (Tutored Study Plans). Through quali-quantitative methodologies, Categorical Thematic Content Analysis (BANDIN, 2011) is used to examine in which ways artistic languages are present in art education beyond the historical primacy of the visual arts.

Keywords: Art; Remote Teaching; Artistic Languages; Teaching-learning.

Introdução

Este ensaio se propõe a refletir sobre a presença das linguagens artísticas do Componente Curricular Arte no Regime Especial de Atividades Não-Presenciais (REANP) da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) no contexto da Pandemia do COVID-19, verificando as principais estratégias e instrumentos adotados para sua implementação, a saber: o Plano de Ensino Tutorado (PET), o Programa “Se Liga na Educação” e o Aplicativo Conexão Escola. Analisados na perspectiva da atuação artístico-docente, pretende-se dimensionar o desenvolvimento de habilidades das



linguagens artísticas artes visuais, dança, música e teatro em tais dispositivos metodológicos adotados no ensino remoto emergencial de 2020.

Para tanto será apresentado um panorama do Ensino de Arte no Brasil a partir das autoras Barbosa (2012) e Ferraz e Fusari (1992), discutindo alguns paradigmas que atravessam as práticas educativas dessa disciplina no contexto escolar. Busca-se salientar, ainda, as perspectivas curriculares que hierarquizam e priorizam algumas disciplinas consideradas “mais” científicas pela tradição acadêmica, reivindicando a Arte como campo de conhecimento com epistemologias e metodologias próprias. Bem como, indaga-se sobre a predominância das artes visuais nos conteúdos ministrados na disciplina.

Desse modo, compreende-se que a Arte – como disciplina do currículo escolar – passou a figurar na educação básica em um período, relativamente, recente¹ se comparado com outras áreas disciplinares presentes na escola. E, de lá pra cá, enfrenta desafios para o desenvolvimento de seus conteúdos e seu reconhecimento como área de conhecimento, bem como a presença igualitária das linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro) nas práticas educativas do componente curricular. Sendo assim, precisa-se dimensionar, em tempos atuais, de que maneira tais conhecimentos estão configurados na vida escolar dos estudantes, lembrando as tradições construídas até aqui e, talvez, repensá-las num processo que traga mais diversidade artística para as relações de ensino-aprendizagem dessa disciplina.

Lança-se mão de metodologias mista quali-quantitativas para examinar de quais maneiras as linguagens artísticas dança, música e teatro têm tido condições de figurar no ensino de Arte diante da tradição do ensino de artes visuais no contexto escolar. A eleição da abordagem mista quali-quantitativa fundamenta-se na possibilidade de corroboração entre dados quantificáveis e dados qualitativos suscitados pelos paradigmas que a pesquisa se propõe. Conforme é apontado por Sampieri, Collado & Lucio (2006), a pesquisas de abordagem mista permitem desencadear processos de análise que vinculam

¹ O ensino de Arte no Brasil, de forma obrigatória, foi inserido pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases de 1971, com o nome de Educação Artística, como uma “atividade educativa” e não como disciplina.



relações objetivas às subjetivas no intuito de responder às indagações levantadas.

Valendo-se da Análise de Conteúdo Temático Categorical (BANDIN, 2011), como metodologia de análise dos dados, busca-se identificar os temas recorrentes, analisando os conteúdos dos materiais selecionados. Essa análise se organiza em fases: pré-análise; exploração do material; tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Na pré-análise os materiais foram organizados de acordo com os anos de escolaridade da educação básica, fazendo uma primeira observação de suas características e como está estruturado. Estão implicados nessa fase a escolha dos documentos, a formulação da hipótese e dos objetivos e elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação (BANDIN, 2011).

Na fase de exploração do material, foram arrolados e registrados os principais elementos do que foi pesquisado nos materiais selecionados, buscando sintetizar, codificar e fazer um recorte das informações levantadas. Para Bardin, a sistematização e codificação é um processo no qual dados são convertidos em unidades que caracterizam o conteúdo inventariado.

Na fase de tratamento, inferência e interpretação apresentam-se os resultados obtidos de acordo com os objetivos elencados pelo estudo. Isto é, os dados brutos obtidos nas fases anteriores foram tratados de modo a serem significativos e válidos para o contexto estudado e, em seguida, foram ordenados, estabelecendo um panorama condensado da conjuntura da Arte na escola, colocando em relevo as informações obtidas na análise.

Panorama geral do Ensino de Arte no Brasil

Falar do ensino de Arte no contexto escolar brasileiro é, também, analisá-lo a partir de uma perspectiva curricular. Quais conhecimentos são considerados válidos para compor a trajetória formativa dos estudantes nesse, hoje denominado, componente curricular? Quais conhecimentos são selecionados e quais são excluídos no ensino de Arte para formação de futuros cidadãos? Conforme indicam estudiosas e estudiosos do currículo, essas



escolhas estão relacionadas a determinados interesses e têm, por vezes, bases políticas, econômicas e ideológicas. Isto é,

todo currículo é uma seleção interessada. Os conteúdos e conhecimentos que o compõem passam por um longo processo em que determinados grupos conseguem fazer valer seus interesses. Em meio a intrincadas relações de poder, determinados saberes são incluídos e outros excluídos do currículo. Ele é, portanto, o resultado desse processo de disputa. (DUARTE; REIS, et. al, 2020, p.17)

Ou seja, o currículo como território de disputa (ARROYO, 2011) é intensamente e constantemente contestado por diferentes grupos sociais, pois ao currículo são direcionados interesses específicos que buscam produzir uma sociedade inervada de seus pensamentos. Quais interesses o campo da Arte tem direcionado ao currículo escolar?

Estudiosas do ensino de arte no Brasil remontam um possível início da inserção da Arte, em contexto de educação/formação, à disseminação das ideias da Missão Artística Francesa por meio da Academia Imperial de Belas Artes, e ao período de industrialização no período da República, predominando a cultura do desenho como estratégia principal que impactou, de alguma forma, currículos escolares. Segundo Ana Mae Barbosa (2012) tal escolha – interessada – poderia servir à nova economia do país e promover na população, em geral, uma ampla, fácil e eficaz iniciação profissional. Por isso, baseado em um pensamento tecnicista e utilitário, o ensino de Arte foi orientado para a reprodução de modelos, desenhos geométricos e ao treinamento de habilidades manuais. Assim, perguntamos: em tempos atuais, em que medida abordagens pedagógicas como estas ainda perdura?

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, apresenta a Educação Artística com conteúdo obrigatório, mas sem um profissional específico e/ou qualificado para desenvolvê-lo, exigindo deste profissional polivalência em artes visuais, dança, música e teatro (FERRAZ e FUSARI, 1992). Mesmo com o movimento da Escola Nova, como pano de fundo, que orientava essa política, com ideais humanistas importados da Europa e Estados Unidos, incentivando nessas aulas a livre expressão, o que figurou, de fato, na Educação Artística foi uma repetição de expressões das



artes visuais e plásticas de maneira prática e objetiva. Observa-se, portanto, a reprodução acrítica de modelos (fazer cópia), livres experimentações e feituas manuais de objetos de maneiras, muitas vezes, descontextualizadas, quase como um passatempo, no qual não se deslumbrava o desenvolvimento de habilidades das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro).

Fazendo um salto para a década de 1990, pós-período ditatorial, temos, em 1996, a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual é instituída a obrigatoriedade do componente curricular Arte nos diferentes níveis da Educação Básica. Com o suporte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o ensino de Arte passa a ter uma orientação que ampliou as concepções anteriores, introduzindo a criação, a contextualização e a apreciação como eixos para o desenvolvimento pedagógico do ensino de Arte. Esses eixos são inspirados na, hoje denominada, Abordagem Triangular² de Ana Mae Barbosa, que propõe uma integração entre os eixos para que o estudante tenha condições de identificar, experimentar e posicionar-se criativamente e criticamente em processos educativos escolares de Arte.

Mesmo com uma mudança considerável do ensino de Arte no final do século passado, as Artes Visuais mantinham – e ainda mantêm – a primazia dos conteúdos devido à oferta de cursos de licenciatura nessa área, sendo recente a criação e ampliação dos cursos de licenciatura das demais linguagens artísticas. Contudo, dois movimentos curriculares nacionais reconfiguram esse contexto na última década:

a Lei 13.278, que altera o § 6º do art. 26 da LDB, referente ao ensino da Arte, especificando que as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular Arte, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) anos para a implementação de tais linguagens nas escolas, incluindo a formação docente específica;

a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que contém a Arte como um campo de conhecimento e componente curricular da Área Linguagens e Suas

² Inicialmente denominada Proposta Triangular, a denominação foi revista pela autora, Ana Mae Barbosa, passando a ser denominada, como Abordagem Triangular, por não considerá-la uma prescrição, mas antes uma disposição livre e investigativa. Cf. BARBOSA, Ana Mae. BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.



Tecnologias, em todos os níveis da Educação Básica, evidenciando, no Ensino Fundamental, as habilidades especificadas das 04 (quatro) linguagens artísticas.

Longe de ser o ideal, o momento curricular que foi alcançado para Arte, de alguma forma, avança no processo de valorização da mesma como campo de conhecimento; abre possibilidades para outras disputas curriculares que podem colocar cada linguagem artística com mais evidência nos espaços escolares. Entretanto, a polivalência esperada de docentes de Arte ainda é um desafio, pois estes precisam dar conta dos conteúdos de artes visuais, dança, música e teatro mesmo sendo especialista, muitas vezes, em apenas uma. Ou seja, pode-se considerar que a tendência é de que alguns conteúdos sejam desenvolvidos com maior aporte pedagógico, expertises e aprofundamentos pelo docente – estético, crítico, reflexivo, metodológicos etc. – enquanto outros são conduzidos de acordo com as condições disponíveis e possíveis, sejam elas materiais ou subjetivas do docente.

É importante enfatizar a importância do(a) especialista das linguagens artísticas, pois este tem condições de não só desenvolver os conteúdos e objetos de conhecimento das habilidades das artes visuais, dança, música ou teatro, mas também de estabelecer disputas no campo curricular dentro das escolas, argumentando artística e pedagogicamente sobre as possibilidades de aprendizagem dos estudantes de maneira fundamentada a partir da especificidade da linguagem, bem como, contribuir na ampliação dos entendimentos e imaginários da Arte na escola, demonstrando que Arte não é apenas desenho, mas uma multiplicidade de conhecimentos que formam cidadãos pensantes, criadores e interventores na realidade em que vivem. Em resumo, os conhecimentos de Arte, são fundamentais como saberes que desenvolvem competências e habilidades nos sujeitos expostos a tais processos educativos. Ou seja, na ‘cesta básica’ da educação brasileira – na qual estão inseridas as diversas disciplinas introdutoras dos conhecimentos básicos necessários a qualquer cidadão inserido na sociedade em que vive –, a Arte é um alimento intelectual e sensível para construção dos sujeitos e formação do cidadão.



Regime Especial de Atividades Não Presenciais de Minas Gerais

A Pandemia do COVID-19 em 2020 e a necessidade de distanciamento social reconfigurou as relações de sociabilidade e o funcionamento das instituições. As escolas, local de intensos encontros, relações, trânsitos e afetividades, foram fechadas, porém os processos de aprendizagem precisavam ser mantidos. Quais estratégias poderiam ser adotadas para minimizar os impactos dessa drástica mudança das interações sociais e afetivas das crianças, jovens e adultos, bem como dos seus processos de desenvolvimento e formação intelectual e cidadã.

Em Minas Gerais, dada a grande dimensão territorial e as múltiplas realidades socioeconômicas e estruturais do estado, a Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG) elaborou estratégias diversificadas para garantir o vínculo dos estudantes com a escola e a continuidade dos estudos. Num primeiro momento, não era possível dimensionar que as escolas ficariam fechadas durante tanto tempo e que o ensino não presencial tivesse de vigorar por todo o ano letivo de 2020 e continuar em 2021.

A Resolução SEE 4.310 de 22 de abril de 2020³, dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), e institui o Regime Especial de Teletrabalho das escolas estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19). Essa necessidade de adequação do ensino presencial para o remoto emergencial, ocasionou um considerável impacto e mudanças na atuação docente, desafiando as equipes escolares em diversos âmbitos, sejam eles administrativos ou pedagógicos, em 2021. Para os fins desse texto dar-se-á foco às estratégias instituídas para manutenção dos vínculos pedagógicos com os estudantes e as propostas de ensino-aprendizagem que foram elaboradas.

Antes de tudo, é preciso pontuar as múltiplas realidades de Minas Gerais que atravessam o contexto educacional. A Rede da SEE-MG tem atualmente 3.622 escolas distribuídas em 47 regionais de ensino (SECRETARIA DE

³ A Resolução SEE Nº 4.310/2020 foi revogada em 2021, sendo substituída pela Resolução SEE Nº4.506/2021, institui o ensino híbrido como modelo educacional para o ciclo dos anos letivos de 2020-2021.



ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2021) e oferta as diversas modalidades de ensino – Ensino Fundamental, Médio e Técnico Profissionalizante, Educação Intercultural Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras –, que exigem, de cada uma delas, abordagens e metodologias próprias diante de suas especificidades e finalidades. Outro desafio a ser encarado no REANP são as limitações de recursos materiais e estruturais do Estado e da própria Rede de Ensino como livros didáticos, acesso à internet, computadores e celulares, até mesmo a transmissão de TV aberta e rádio – que foi uma estratégia pensada pela SEE-MG e que será tratada adiante -, pois nem todas as localidades do Estado dispõem desses recursos em larga escala e nem a qualidade necessária. É importante ressaltar que, mesmo que algumas famílias tenham acesso mínimo a algum desses recursos tecnológicos, ainda assim, existe um número considerável em dificuldades e vulnerabilidades a serem solucionadas, que retardam ou mesmo impedem a adequação, e, por consequência, a eficácia do ensino remoto para as aprendizagens dos estudantes.

Nesse sentido, as estratégias implementadas pela SEE-MG no REANP tentaram ser diversificadas e abrangentes num exercício de acesso equitativo. Assim, serão detalhados a seguir os instrumentos que compõem o REANP – Plano de Estudos Tutorados (PET), Programa Se Liga na Educação e Aplicativo Conexão Escola – e de quais maneiras eles foram operacionalizados, bem como se estes podem ser entendidos na equidade ao acesso à educação pela via do ensino remoto emergencial.

Plano de Estudos Tutorados – PET

Segundo o que consta na Resolução SEE 4.310 de 2020, o PET (Plano de Estudos Tutorados) é um instrumento de aprendizagem para o estudante, composto de atividades e questões a serem resolvidas de maneira autoinstrucional com diversas informações sobre os respectivos componentes curriculares definidos na matriz curricular. As atividades e questões condiziam com competências e habilidade a serem desenvolvidas pelos estudantes de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil, do



Ensino Fundamental – já organizado a partir da BNCC –, e do Ensino Médio, pelo Currículo Básico Comum (CBC) de Minas Gerais⁴. Segundo a Resolução 4.310/2020, o PET deveria ser disponibilizado, preferencialmente, por meio digital e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, nos casos extraordinários, os gestores das escolas deveriam providenciar estes materiais em versão impressa para serem entregues aos estudantes.

O PET, em 2020, foi organizado em uma estrutura mensal com quatro atividades – uma atividade para cada semana – sendo de responsabilidade da SEE-MG, sua redação e disponibilização para a rede. Cada atividade pretendia desenvolver uma habilidade do componente curricular para aquele ano de escolaridade por meio de um conteúdo e questões a serem respondidas. No Ensino Fundamental a seleção das habilidades e conteúdos se deu por meio de um Plano de Ensino⁵ elaborado pela SEE-MG, com um ordenamento das habilidades por bimestre e semanas a serem desenvolvidas. No Ensino Médio o CBC era o único documento que orientava essas escolhas para o PET mas sem uma prescrição de quais habilidades seriam trabalhadas no bimestre, mês ou semana; sendo esta decisão de livre escolha, ao que tudo indica.

No primeiro volume do PET, em 2020, apenas alguns componentes curriculares foram considerados – Português, Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Ciências, Biologia, Química, Física – ficando de fora Arte, Educação Física e Ensino Religioso. A orientação complementar enviada às escolas era que as disciplinas que não estavam contempladas no primeiro volume do PET fossem consideradas de maneira transversal e interdisciplinar nos demais conteúdos. Tal fato faz levantar as seguintes questões: por qual motivo esses componentes curriculares não foram considerados essenciais num primeiro momento? Quais os imaginários que se têm sobre seus conteúdos no contexto escolar e formação dos estudantes? Afirmamos que essas disciplinas têm em seus procedimentos pedagógicos e metodológicos mais do que os estereótipos construídos sobre elas no contexto escolar, não

⁴ O Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio, elaborado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, foi aprovado e homologado em abril de 2021, por isso até a instituição do novo currículo de acordo com a BNCC recorria-se à estrutura curricular do CBC.

⁵ O documento está hospedado no site <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/> na aba “Planos de Curso CRMG). Acesso, 28 jun. 2021.



são disciplinas recreativas, de lazer e/ou descanso, elas são Áreas de Conhecimento e por isso estão no currículo.

Nos volumes seguintes, Arte, Educação Física e Ensino Religioso foram inseridos tendo em vista o questionamento da ausência e o próprio entendimento e percepção da situação da Pandemia no Estado, ficando mais nítido de que o isolamento social e a continuidade do ensino remoto iria se dar por mais alguns meses. Com isso, ao examinar os conteúdos presentes nos PETs de 2020, observa-se diferenças nos volumes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, como efeito da utilização de currículos diferentes, tendo em vista que o Currículo Referência de Minas Gerais do Ensino Fundamental já estava adequado a BNCC, portanto as habilidades de cada linguagem artística já estavam bem delimitada no Plano de Ensino. Porém, o CBC que embasou a elaboração do PET para o Ensino Médio, não teve um Plano de Ensino distribuindo as habilidades das linguagens artísticas.

Desse modo, o PET foi considerado o “carro chefe” do REANP por apresentar um maior potencial de democratização e equidade de acesso a todos estudantes, esperando que aqueles com acesso à internet os obtivessem no site criado exclusivamente para esse fim (<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>), no qual é possível encontrar todos os materiais e orientações necessários, e, aqueles sem acesso poderiam solicitar junto à gestão da escola a versão impressa gratuitamente.

Programa “Se Liga na Educação”

O Se Liga na Educação constituiu-se como uma programação diária, sendo transmitido de segunda a sexta-feira em canais estatais de televisão aberta: a Rede Minas e a TV Assembleia. Em cada dia da semana foram apresentadas aulas do Ensino Fundamental Anos Iniciais (4º e 5º ano), Anos Finais (6º ao 9º ano) e Médio, organizadas por área de conhecimento, e, às sextas-feiras, aulas exclusivas de preparação para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). O programa é dividido em duas partes. Na primeira são exibidas aulas de até 20 minutos de conteúdo do PET de cada componente curricular; são gravadas em estúdio específico no qual o professor apresenta,



dá explicações e exemplos sobre um determinado conteúdo. Na segunda parte, é realizada transmissão ao vivo em formato tira dúvidas, no qual os estudantes podem mandar perguntas e solicitar mais explicações ao professor para serem respondidos naquele instante. Além dos canais estatais, as videoaulas são transmitidas também ao vivo no YouTube permanecendo disponíveis publicamente, bem como no site Estude em Casa⁶.

As aulas de Arte, aconteciam uma vez por mês às segundas feiras – dia de exibição da área de Linguagens e Suas Tecnologias –, em um revezamento de dois professores, cada um dando aulas para anos diferentes do Ensino Fundamental e Médio, sendo que um dos docentes grava aulas mais relacionadas as artes visuais e música, e outro à dança e ao teatro. Essa estratégia parece bastante salutar para o contexto e para o ensino de Arte, pois os conteúdos por mais que fossem direcionados especificamente para um ano de escolaridade este poderia ser acessado por qualquer estudante ampliando o contato com as linguagens artísticas e ampliando o entendimento que o estudo de Arte não é apenas Artes Visuais.

Um outro aspecto que merece destaque é o fato de que um dos professores tinha em suas aulas uma atenção para as relações étnico-raciais, abordando temas e problemáticas culturais que colocam as produções negras e indígenas de maneira folclorizada em nossa sociedade e não como produção legítima de Arte. Isto é, uma abordagem folclorizada coloca artes negras (africanas ou afro-brasileiras) e indígenas como inferiores em detrimento as de origem europeia, consideradas eruditas. Nas aulas, percebia-se um exercício de, dialogicamente, relacionar essas distintas formas de expressões artísticas sem impor hierarquias qualitativas ou juízos de valor.

Nesse sentido, o Se Liga na Educação efetivou-se como um instrumento de complementação e ampliação de possibilidades para o estudo não presencial, ampliando o conhecimento dos conteúdos do PET por meio das explicações e exemplos dados nas aulas.

Aplicativo Conexão Escola

⁶ Estude em Casa - <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>.



O Aplicativo Conexão Escola foi um aplicativo desenvolvido para telefone celular (*smartphone*), exclusivo para o sistema operacional Android, que possibilitasse o acesso à internet patrocinada pela SEE-MG e que estudantes tivessem oportunidades de interagir com os(as) seus(suas) professores(as) local. Ou seja, em 2020, ao utilizar o aplicativo a internet era totalmente patrocinada pelo Governo de Minas Gerais, dando acesso a todo material do PET e às aulas do Se Liga na Educação, bem como um *Chat* para interações entre estudantes e professores (MINAS GERAIS, 2021, *online*).

Imaginava-se, portanto, que o estudante de posse do PET e acompanhando aulas no Se Liga na Educação, ao ter alguma dúvida, teria a oportunidade de interagir diretamente com seu professor por uma via que resguardasse a privacidade do professor e do estudante, não sendo necessário utilizar aplicativos de comunicação tal qual o *WhatsApp*, por exemplo. Todavia, em Minas Gerais, o acesso a aparelhos celulares, planos de dados móveis e rede de internet banda larga são desiguais e demonstram ser um desafio a parte para uma efetiva universalização da utilização dessa ferramenta durante o ensino remoto.

Em 2021, os estudantes receberam um e-mail institucional do domínio da Secretaria Estadual de Educação, dando-lhes acesso às ferramentas Google For Education, com Gmail, Google Drive, Google Meet, Google Sala de Aula, dentre outros. No aplicativo Conexão Escola 2.0, que passou a ser utilizado em 2021, continuou concedendo o patrocínio de dados móveis no uso do aplicativo que dá acesso direto ao Google Sala de Aula, no qual o estudante pode ter contato com todos os materiais ali postados pelo professor e equipe pedagógica da sua escola em todas as disciplinas.

Cientes deste panorama dos instrumentos implementados no REANP passamos para uma observação de dados levantados do Componente Curricular Arte, neste contexto, dimensionando a presença das linguagens artísticas e seus possíveis impactos no ensino-aprendizagem de Arte em Minas Gerais.



Componente Curricular Arte: as linguagens artísticas e o ensino não-presencial

Conforme exposto anteriormente, o PET se caracterizou como uma engrenagem fundamental do REANP da SEE-MG. Por isso, toma-se ele por base para dimensionar de que formas as linguagens artísticas compareceram no ensino remoto emergencial de Minas Gerais em 2020.

Em 2020, foram elaborados e disponibilizados o total de 09 (nove) volumes de PETs, sendo 07 (sete) de conteúdos regulares, 01 (um) comemorativo aos 300 anos de Minas Gerais, de caráter transversal e interdisciplinar, e 01 (um) denominado “FINAL”, com uma característica mais avaliativa. Para os fins deste artigo, iremos analisar os sete PETs de conteúdos regulares do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, ambos na modalidade Regular Diurno. As demais modalidades de ensino têm diversificações e especificações em suas matrizes curriculares e, portanto, apresentam modulações a respeito da Arte em sua oferta. Apenas no Regular Diurno este componente curricular está presente em todos os volumes analisados.

No Ensino Fundamental Anos Finais, segundo o Currículo Referência e o Plano de Ensino, o Componente Curricular Arte está organizado em Unidades Temáticas: Artes Visuais, Dança, Música, Teatro e Artes Integradas. Após apreciar os materiais disponíveis no site Estude em Casa, foi possível, identificar em cada ano de escolaridade a quantidade de vezes que cada Unidade Temática foi trabalhada no ano escolar de 2020:



Gráfico 1: Quantitativo de conteúdo/atividades por Unidade Temática do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais (Regular). Fonte: produzido pelos autores.



Gráfico 2: Quantitativo de conteúdo/atividades por Unidade Temática do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 7º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais (Regular). Fonte: produzido pelos autores.



Gráfico 3: Quantitativo de conteúdo/atividades por Unidade Temática do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 8º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais (Regular). Fonte: produzido pelos autores.



Gráfico 4: Quantitativo de conteúdo/atividades por Unidade Temática do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais (Regular). Fonte: produzido pelos autores.

Observa-se que a Unidade Temática Artes Visuais (54%) figura como a linguagem artística que tem a maioria dos conteúdos presentes nos PETs elaborados e disponibilizados aos estudantes em 2020, seguido pela Artes

Integradas (15%) que aparecem como o segundo conteúdo mais presente no material analisado. A Música foi a linguagem artística menos abordada, ocupando apenas 6% de atividades e conteúdos em todos os anos de escolaridade do Ensino Fundamental Anos Finais. De maneira semelhante apenas 11% dos conteúdos eram de Dança e 13% de Teatro.

Tais quantitativos não deixam de surpreender uma vez que o Currículo Referência de Minas Gerais e o Plano de Ensino 2020 da SEE/MG apresentam uma distribuição igualitária das habilidades de todas as linguagens artísticas/unidades temáticas. Esperava-se a ressonância de tais documentos na prática educativa do ano letivo de 2020. O que poderá estar por trás desses dados que revelam uma distribuição dissonante entre os conteúdos das linguagens artísticas? Seria possível tecer uma relação com a tradição do ensino de Arte no Brasil que tem sua primazia nas Artes Visuais?

Na etapa do Ensino Médio o CBC organizou-se nos seguintes Eixos Temáticos: Conhecimento e Expressões em Artes Audiovisuais, Conhecimento e Expressões em Artes Visuais, Conhecimento e Expressões em Dança, Conhecimento e Expressões em Música e Conhecimento e Expressões em Teatro. Vejamos o número de vezes em que cada um dos cinco eixos foi tratado ao longo do ano letivo de 2020:



Gráfico 5: Quantitativo de conteúdo/atividades por Eixo Temático do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 1º ano do Ensino Médio (Regular-Diurno). Fonte: produzido pelos autores.

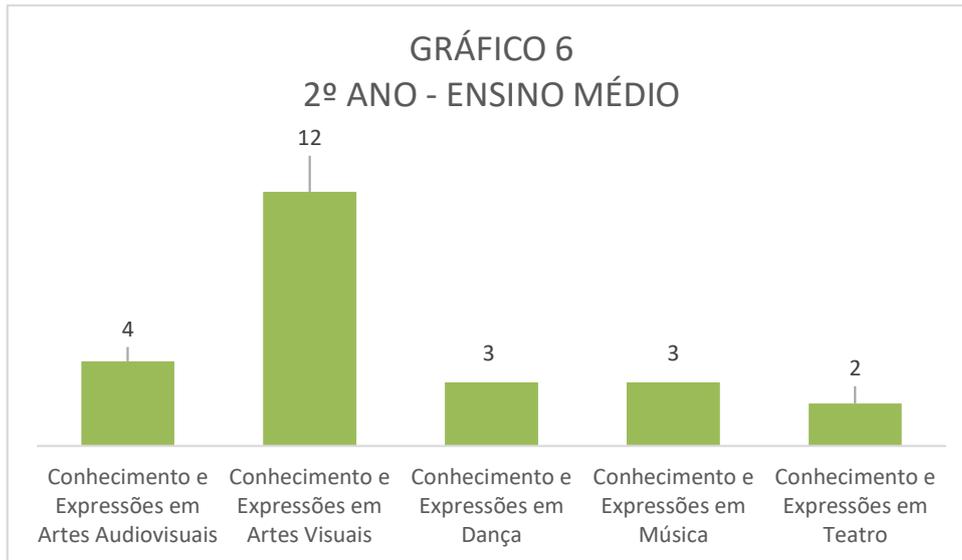


Gráfico 6: Quantitativo de conteúdo/atividades por Eixo Temático do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 2º ano do Ensino Médio (Regular-Diurno). Fonte: produzido pelos autores.

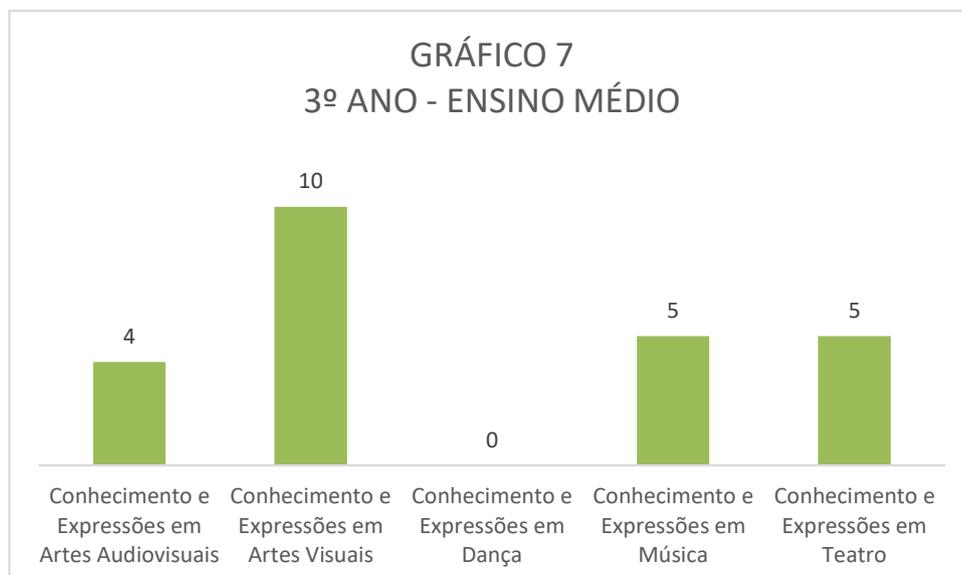


Gráfico 7: Quantitativo de conteúdo/atividades por Eixo Temático do Componente Curricular Arte nos PET/REANP 2020 da SEE/MG do 3º ano do Ensino Médio (Regular-Diurno). Fonte: produzido pelos autores.

Semelhantemente ao Ensino Fundamental, na etapa do Ensino Médio as Artes Visuais foram a que mais teve conteúdos contemplados nos PETs ocupando 54% das atividades disponibilizadas, seguida pela Música com 15% e Artes Audiovisuais e Teatro com 11% cada. Já a Dança foi a que menos compareceu em propostas de ensino-aprendizagem sendo apenas 8% de suas habilidades trabalhadas no decorrer do ano.

Ao atentar apenas para as questões quantitativas que se revelaram no levantamento feito, percebe-se que há uma maior tendência e recorrência do ensino-aprendizagem de Arte abarcar conhecimentos e habilidades das Artes Visuais mesmo havendo orientações curriculares que preveem as demais linguagens artísticas. Pode-se atribuir diversos motivos a esse fenômeno, tais como a conformação histórica dessa disciplina no currículo escolar, ou a “facilidade” pelos estudantes já estarem mais familiarizados ou habituados com alguns conteúdos e práticas dessa linguagem artística no contexto escolar, ou o próprio percurso de formação do profissional ao formular os materiais, dentre outras.

Por isso, é importante intensificar o entendimento de que o Componente Curricular Arte precisa contemplar as linguagens artísticas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, pois essa especificação é, também, resultado de uma grande luta da classe artística, como um todo, para a fixação e ampliação desta disciplina no currículo escolar. Precisamos, também, pactuar entre os profissionais que ministram a disciplina de Arte nas escolas um trabalho de valorização das linguagens artísticas em suas especificidades na formação dos estudantes, concedendo a estes uma oportunidade ampla e diversificada de fazer, contextualizar e fruir as artes por meio do desenvolvimento de habilidades artísticas de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Torna-se urgente desenvolver um trabalho junto à comunidade escolar – de modo a que se possa refletir sobre a efetividade dos currículos –, na formação docente e na sensibilização dos discentes no sentido de que Arte não é apenas Artes Visuais, mas também os conhecimentos de Dança, Música e Teatro. Somando-se à necessidade de tecer movimentos políticos que garantam a presença de profissionais com licenciatura plena nas diversas linguagens na regência de suas disciplinas para minimizar as fragilidades da polivalência nos docentes de Arte na escola. Afinal, nem sempre a polivalência esperada do docente de fato se efetiva por se tratar de conhecimentos específicos e exigir competências pedagógicas, didáticas e metodológicas próprias de cada linguagem.



Entretanto, pode-se ver estes dados com otimismo, tendo em vista que o PET é um material pedagógico obrigatório para toda rede; nele já constam algumas abordagens das linguagens artísticas, que no contexto presencial poderiam nem acontecer, pois ficariam a cargo do professor implementar o Plano de Ensino 2020 de acordo com suas condições e possibilidade de seu contexto institucional. Contudo, isso não pode nos acomodar e deixar à mercê da boa vontade dos governantes, superintendentes de ensino e gestores escolares, pois há a necessidade/urgência de superação dos paradigmas do ensino de Arte na escola aqui explanados. Afinal, já é mais que o momento dos estudantes terem acesso, efetivo, ao que regula a legislação educacional no Brasil que, muitas vezes, é flexibilizada ou negligenciada, devido diversos tipos interferências que não somente prejudicam uma perspectiva ampliada de Arte na escola, mas parecem insistir em retroceder sempre, gerando atraso no contato com os conhecimentos artísticos produzidos pela humanidade em suas multiplicidades e diversidades de expressão, criação e fruição.

Considerações Finais

Este texto buscou situar de que maneiras as linguagens artísticas do componente curricular Arte estão sendo consideradas na educação básica, analisado a partir do contexto da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais durante o REANP de 2020. Desse modo, sem exaurir o tema, oferecemos um panorama de práticas educativas de Arte no contexto da Pandemia de Covid-19 e o empreendimento de ensino remoto emergência como forma de garantir o direito a Educação durante o isolamento social, tecendo relações entre o histórico da disciplina no contexto escolar e os desafios que ainda precisam ser encarados.

É urgente que debruçemos de maneira crítica e serena sobre a polivalência exigida de docentes de Arte, avaliando as potencialidades, desafios e fragilidades, considerando – sempre –, os objetivos esperados para o componente curricular, sua potencialidade na escola e seus efeitos junto aos estudantes para sua formação integral.



Consideramos que é preciso aproveitar todas as oportunidades para fazer valer a luta pelo ensino de Arte na educação escolar, seja presencial ou remota, atentando-se para sua constituição como Área de Conhecimento, com epistemologias, pedagogias e metodologias próprias; valorizando-a e potencializando-a nos processos educativos escolares reconhecendo na formação holística dos estudantes enquanto um direito de acesso a todos os conhecimentos da humanidade; ampliando cada vez mais as experiências formativas por meio das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro em igualdade de condições e justa equanimidade.

Referências:

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBOSA. Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BARBOSA. Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.278, de 2 de maio de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm#ART1. Acesso: 11 jun. 2021.

DUARTE, A. M. C.; REIS, J. B. DOS; CORREA, L. M.; SALES, S. R. A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Roteiro**, v. 45, p. 1-26, 4 jun. 2020.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria F. Rezende. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1992.

MINAS GERAIS. **Aplicativo Conexão Escola ganhará nova versão para uso no ano letivo de 2021**. Belo Horizonte: Agencia Minas, 2021. <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/aplicativo-conexao-escola-ganhara-nova-versao-para-uso-no-ano-letivo-de-2021>. Acesso: 03 jun. 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. COLLADO, Carlos Fernandez. LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de la investigacion**. McGRAW-HILL/INTERAMERICANA EDITORES, SA DE C.V. 4ª edição. 2006.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais: Ensino Médio**. Belo Horizonte: SEE-MG, 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso: 26 mai. 2021.

_____. **RESOLUÇÃO SEE Nº 4310/2020**. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N_4310.pdf. Acesso: 11 jun. 2021.

_____. **RESOLUÇÃO SEE Nº 4506/2020**. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4506-21-r%20-%20public.%2026-02-21.pdf>. Acesso: 11 jun. 2021.

SILVA, Leonardo das Chagas. (Re)Visão crítica e apontamentos sobre abordagens históricas do ensino de dança/arte no currículo escolar brasileiro. In: **Dança e diáspora negra: poéticas políticas, modos de saber e epistemes** outras. Amélia Vitoria de Souza, et. al, organizadores. Salvador/; ANDA, 2020, p. 66. Disponível em: Acesso: 06 abr. 2021

Site:

Estude em Casa: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>

Currículo Referência de Minas Gerais:
<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>

Sobre os autores:

André Luiz de Sousa

andresousaluiz92@gmail.com

Artista-professor-pesquisador de Dança e Arte. Professor de Dança e Arte na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais e mestrando em Artes (PPG-Artes EBA-UFMG). Graduação em Licenciatura em Dança (EBA-UFMG) e graduação-sanduíche em Ciências da Educação (FPCE-UC).

Arnaldo Leite de Alvarenga

alda7102a@gmail.com

Bailarino, professor, coreógrafo e pesquisador. Doutor em Educação FAE/UFMG. Professor Adjunto da Escola de Belas Artes nos cursos de Teatro e Dança.

Recebido em: 29/06/2021

Aprovado em: 03/09/2021